

# Para juristas, mudar situação será difícil

Os governadores podem até conseguir algumas limitações para a concessão de liminares, mas devem esquecer qualquer tentativa de restringir o poder dos juízes na cobrança de precatórios. Esta é a opinião dos juristas Celso Bastos e Miguel Reale Jr. e dos próprios assessores do governador Mário Covas. Todos acham que há um poder excessivo dos juízes em conceder liminar, mas advertem que o Supremo Tribunal Federal (STF) pode derrubar qualquer tentativa de mudar esse quadro.

No caso dos precatórios, esta chance seria de quase 100%, segundo Bastos. Para ele, não há o que justifique a tentativa dos Estados em escapar dessa dívida. "Precatório é a última etapa do processo, quando a dívida já foi julgada em todas as instâncias", argumenta.

Até mesmo um assessor do governador Covas acha muito difícil combater os precatórios no campo jurídico. "A saída aí é renegociar as dívidas e obter mais receitas", analisa ele. Uma de suas propostas é descentralizar e dividir os encargos com os municípios. O próprio procurador-geral do Estado, Márcio Sotelo Felipe, que defende o governo paulista nos precatórios, acha a moratória mais recomendável para resolver o problema. Outra sugestão de Felipe é a criação de uma espécie de Proer para os precatórios. "Seria uma linha de financiamento concedida pelo governo federal."

Para Reale Jr., nenhum juiz poderia conceder uma liminar sobre um caso fora de sua circunscrição. Outra medida seria limitar a competência dos juízes sobre ações civis públicas. "Isso seria julgado só por tribunais e não mais por um juiz apenas", propõe. (S.B.)